



REDES DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA: O CASO MOVIDA.

Débora Costa¹

Jones Nogueira Barros²

Maria Carolina Monteiro¹

Raimundo Nazareno Monteiro¹

Paulo Sérgio Cardoso Júnior¹

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelas Redes de Comunidades e Movimentos contra a violência e em defesa de uma política pública de segurança e justiça. Especificamente busca examinar a atuação do MOVIDA – Movimento pela Vida, no município de Belém, Estado do Pará. O estudo busca examinar em que medida os fundamentos da gestão social contribuem para a atuação do movimento, bem como identificar suas incidências e os resultados. O estudo quanto à metodologia caracteriza-se por adotar uma abordagem qualitativa, para a coleta de dados utilizou-se, pesquisa no blog e página do facebook do Movimento e entrevista semiestruturadas com representantes. O trabalho mostra que o MOVIDA constitui um grupo de trabalho com novo formato de participação da sociedade civil, em especial famílias das vítimas, que reivindicam maior atuação do Estado na política de segurança das cidades.

Palavras-chaves: política pública; rede de comunidades; gestão social.

Eixo Temático 4: Artigos de Iniciação Científica e Trabalhos de Conclusão de Curso

¹ Graduando do Curso de Ciências Sociais da UNAMA.

² Professor do Curso de Ciências Sociais. Doutorando do PPGEDAM/UNAMA. Email: jonesbarros1@hotmail.com

Realização:



Apoio:





1 INTRODUÇÃO

As Redes de organizações da sociedade civil na América Latina e no Brasil têm possibilitado o engajamento de diversos profissionais e setores da sociedade no acompanhamento das políticas públicas, bem como de questões específicas que afetam diretamente a vida dos cidadãos.

Segundo Schommer (2014) essas Redes apresentam-se como novos repertórios de ação que buscam promover a governança democrática de cidades e territórios por meio do controle social, da avaliação de planos de desenvolvimento e políticas públicas e do engajamento cidadão e de diversos setores da sociedade.

As questões vivenciadas pela maioria das cidades do mundo evidenciam a necessidade de construção de relações entre a sociedade e gestão das cidades que se tenha como base o desenvolvimento de cidades justas e sustentáveis.

No Brasil as Redes de Comunidades e Movimentos contra a violência e em defesa de uma política pública de segurança e justiça, vem atuando no sentido de incidir junto ao Estado, pela adoção de políticas de segurança e justiça.

Nesse sentido a questão problema que o artigo busca responder é: como as Redes de Comunidades e Movimentos contra a violência têm contribuído com os movimentos locais?

Especificamente o artigo busca examinar a atuação do MOVIDA – Movimento pela Vida, no município de Belém, Estado do Pará. O estudo busca examinar em que medida os fundamentos da Gestão Social contribuem para a atuação do movimento, bem como identificar suas incidências e os resultados.

Quanto à metodologia caracteriza-se por adotar uma abordagem qualitativa, para a coleta de dados utilizou-se, pesquisa no blog e página do facebook do Movimento e entrevista semiestruturada com a representante.

O artigo está estruturado em duas seções afora a introdução e as considerações finais. Na primeira seção trata das reflexões sobre Gestão Social, com objetivo de conceituar e apresentar seus princípios. Na segunda trata-se da Rede de Comunidades e movimentos contra a violência e especialmente o MOVIDA. O objetivo desta seção é examinar a Rede, as incidências e resultados da ação do Movimento, em Belém do Pará.

2 GESTÃO SOCIAL – CONCEITOS E PRINCÍPIOS.

A Gestão Social tem como início de discussão o processo de democratização e descentralização político-administrativa. Esse processo implica a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, a redefinição de identidades e vínculos e o aumento da participação em nível local, possibilitando uma gestão pública com a participação da sociedade civil (SANTOS e AVRITZER, 2002).

Dentre os principais teóricos que tratam de definir o conceito de Gestão Social estão, Cançado, Tenório e Pereira (2011). Para esses estudiosos a Gestão Social é definida como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.

Realização:



Apoio:



O conceito ainda tem sido usado para identificar as mais variadas práticas sociais de diferentes atores que discutem a Gestão Social, como processo de cidadania deliberativa, focando na constituição de espaços de participação onde a sociedade assuma uma postura ativa, na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas (TENÓRIO, 1998; 2008; FRANÇA FILHO, 2003; 2008; JUNQUEIRA, et al., 2009).

Gomes et al (2008, p. 59), ressalta que pensar em Gestão Social, é alcançar muito mais de uma gestão de políticas públicas, mas ao interagir fortalece as articulações e diálogos tanto na esfera pública e privada, construindo o processo de projetos sociais a capacidade e a habilidade de execução.

Segundo Botrel, Araújo e Pereira (2010), a Gestão Social se direciona mais na esfera governamental, atendendo a necessidade pública oferecendo condições de liberdade com objetivo de alcançar vidas, baseando-se na democracia deliberativa, acreditando no senso crítica humano.

Maia (2005, p 78) discute a Gestão Social na perspectiva da Gestão de estratégias e processos que respondam à questão social. Para Ele a gestão social é um conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário, emancipatório e transformador pela pactuação democrática, nos âmbitos local, nacional e municipal; entre os agentes das esferas da sociedade civil, sociedade política e da economia, com efetiva participação dos cidadãos historicamente excluídos dos processos de distribuição das riquezas e do poder.

Dowbor (2006, p. 16) classifica a Gestão Social como Gestão de estratégias e processos, visando à transformação da sociedade, enfatizando a importância da ação no meio social e indispensável para decisões empresariais, comunitárias e individuais aos impactos futuros.

Compreende-se que os conceitos de Gestão Social a partir dos diversos autores tratados consideram-na como um processo de relação entre a sociedade, mercado e Estado, para a tomada de decisão das políticas públicas sobre as questões que afetam a coletividade, ou seja é agir pelo bem comum.

O exame dos conceitos apresentados pelos autores nos possibilitou compreender que há uma convergência de ideias quanto aos princípios da Gestão Social, os quais devem ser observados na análise e estudos sobre a esse modelo de gestão.

A Figura 1 abaixo apresenta os princípios da Gestão Social.

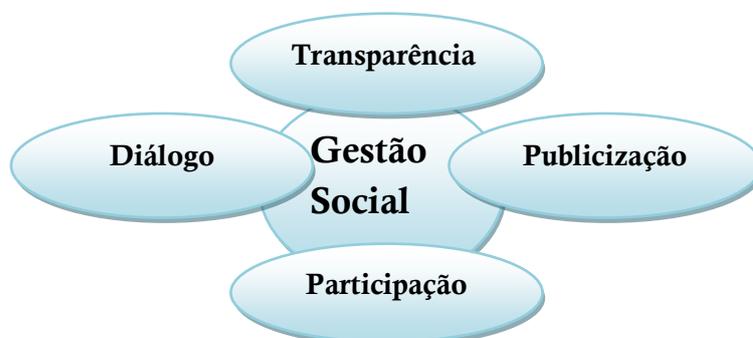


FIGURA 1 - Princípios da Gestão Social.

Realização:



Apoio:





Fonte: Elaborado pelos autores

Os princípios da Gestão Social estão relacionados a práticas e comportamentos dos sujeitos e ou agentes da sociedade, do mercado e do Estado, envolvidos no processo de Gestão Social. Esses princípios são: a transparência, publicização, participação e diálogo.

De acordo com Cançado, Tenório e Pereira (2011) os quatro princípios apresentados são fundamentais para o processo de emancipação da sociedade. Emancipação que se dá pela participação onde a sociedade assuma uma postura ativa, na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, as quais se estabelecem pelo diálogo e publicização (TENÓRIO, 1998; 2008; FRANÇA FILHO, 2003; 2008; JUNQUEIRA, VINHAS, PERRET et al., 2009; etc.).

Compreende-se que os princípios tratados anteriormente são importantes no processo de organização da sociedade civil que tem buscado nas Redes uma possibilidade de promover a governança democrática de cidades e territórios por meio do controle social (SCHOMMER, 2014)

A seção a seguir tratar-se-á sobre as Redes de comunidades e movimentos pela vida.

3 REDES DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA.

A Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência – RCMCV surgiu em 2004 como inquietação à chacina de quatro jovens ocorrida no dia 16 de Abril de 2003 na Comunidade do Borel, zona norte do Rio de Janeiro/RJ, durante uma operação policial do 6º Batalhão de Polícia Militar. A violência policial ocorrida em Abril de 2003 ocasionou a mobilização na comunidade do Borel contra a violência e a favor da vida que acarretou investigações mais precisas e concluiu-se que os jovens foram mortos em emboscada pelos policiais militares (RCMCV, 2016)

A RCMCV surge como processo burocrático das comunidades e dos movimentos sociais contra a arbitrariedade policial, a impunidade e sobretudo a violência de Estado articulado em todo território brasileiro com intuito de tomar uma atitude a favor de uma política pública de segurança e tencionar o Poder Judiciário para que tome providências cabíveis e fomentar a agilidade dos processos emperrados na justiça brasileira (RCMCV, 2016).

Caracteriza-se por ser um movimento social que se estende pelo território nacional nas capitais das Unidades Federativas, tendo autonomia de organização que independem das instituições do Estado, como partido político, igreja, empresa entre outros, desde logo, a rede está articulado por moradores de favelas do Rio de Janeiro e comunidades vitimadas pela violência policial nos diversos Estados brasileiros.

A Rede de comunidades é efetivada em vista do consenso de uma única ideia alcançado por pessoas com opiniões essencialmente diferentes a partir de um acordo nascendo um produto para questionar e negociar seus interesses frente à política estatal, (BAUMAN, 2003).

Como se observa a partir da concepção baumaniana às Redes de comunidades são formações e compartilhamentos de ideias dos diferentes grupos presentes nas sociedades que a partir de uma instituição menor formam uma identidade social com interesse em promover algo, no caso específico à luta contra a violência do Estado e violações dos direitos humanos, questão que justifica o Movimento pela Vida que luta por políticas públicas de segurança social.

A RCMCV tem suas ações norteadas pelos objetivos estabelecidos, os quais precisam ser seguidos por todos os movimentos. O quadro 1 apresenta os objetivos estabelecidos pela Rede.

Realização:



Apoio:



QUADRO 1 - Objetivos da RCMCV

OBJETIVO	DESCRIÇÃO
1	Estimular e promover movimentos permanentes nas comunidades, de prevenção e denúncia da violência estatal, propiciando seu relacionamento e apoio mútuo;
2	Reduzir o número e a frequência, até a total eliminação, dos casos de mortes e violações de direitos de vidas à atividade policial/militar;
3	Exigir do Estado reparação às vítimas e sobreviventes de abusos e violações cometidos por agentes do Estado;
4	Construir na sociedade uma rede de apoio jurídico às comunidades contra a violência policial/militar;
5	Construir na sociedade uma rede de apoio médico, psicológico e social às vítimas e sobreviventes da violência estatal;
6	Construir na sociedade uma rede de denúncias, ao nível nacional e internacional, de casos de violência e violações de direitos pelo Estado nas comunidades;
7	Junto com outros setores da sociedade, lutar contra as causas econômicas, sociais, históricas e culturais, da violência contra as comunidades, da criminalização e preconceitos contra os pobres e da desigualdade social.

Fonte: Adaptado pelos autores

Concordar com os objetivos constituem condição para participar da Rede, bem como atuar em uma das comissões de trabalho representado no quadro 2. Convém ressaltar, que os grupos comunitários ou comissões de trabalho atuam na cidade que está organizado o movimento (no caso particular, o MOVIDA em Belém) e são os principais responsáveis pela organização das denúncias locais e mobilização da sociedade contra a violência. As comissões que formam a RCMCV estão apresentadas na Figura 2 a abaixo.

FIGURA 2 - Comissões de trabalho da RCMCV



Fonte: Adaptado pelos autores

A Rede promove reunião aberta aos seus membros e em particular os que formam uma comissão de trabalho ou grupo comunitário no qual cada comissão deve indicar um representante.

Realização:



Apoio:





Ademais, cada representante devidamente escolhido, aglutinados constituem a coordenação da Rede com intuito de planejar, discutir e deliberar sobre as questões dos grupos comunitários, como também, manter as informações das atividades, marcar assembleias entre outras atividades, logo as comissões são fundamentais para o bom funcionamento da Rede, as quais devem ter suas práticas norteadas pelos princípios da Gestão Social, a transparência, publicização, participação e diálogo. De acordo com Cançado, Tenório e Pereira (2011) princípios fundamentais para o processo de emancipação da sociedade.

A seguir tratar-se-á do MOVIDA – Movimento pela Vida, integrado a RCMCV.

3.1 – O CASO MOVIDA

O MOVIDA é uma ONG sem fins lucrativos, teve início com a luta solitária de Dona Iranildes Russo, que perdeu o seu filho tragicamente, no dia 10 de janeiro de 2005, vitimado de um sequestro relâmpago, durante a perseguição foi atingido com sete disparo feito pela polícia. A partir daí começou sua luta e depois de cinco anos foi registrada o MOVIDA como personalidade jurídica.

Nessa trajetória o MOVIDA tem conseguindo sensibilizar outras famílias, nos dias atuais o movimento conta com acerca de 500 famílias que lutam pela justiça e pela paz em Belém. A representante do movimento reitera,

[...] “Não queremos passar uma imagem de vingança para a sociedade, mas sim que acredite na justiça, esse é o trabalho” (Representante do MOVIDA, 2016).

Observa-se que o trabalho desenvolvido pelo movimento em Belém, busca e confia na justiça, enquanto política pública, porém para que as famílias alcancem seus objetivos é necessário a organização, no sentido de que juntos é consegue unir forças para lutar contra impunidade, intolerância institucional e a cultura da violência que se espalhou pelo nosso país e em Belém.

Nesse sentido integrar-se a RCMCV contribui para que o MOVIDA possa enquanto organização da sociedade civil estimular o engajamento de outras famílias, profissionais e setores da sociedade no acompanhamento das políticas de segurança pública local. Assim como menciona Schommer (2014) a RCMCV e o MOVIDA, constituem repertórios de organização da sociedade para a luta contra os problemas que lhes afetam.

3.1.1 A gestão do MOVIDA.

A gestão do movimento tem a participação de todos os componentes do grupo envolvido embora, o gerenciamento fique a cargo da representante do MOVIDA. No que se refere ao processo de tomada de decisão a representante ressalta que,

[...] com a necessidade de mobilização e encontros periódicos as decisões se fazem fluir a partir de diálogos com as famílias que vão fomentar as prioridades do movimento.

Compreende-se que o processo de gestão e de tomada de decisão do MOVIDA converge com os princípios da participação e diálogo defendidos pelos teóricos da Gestão Social (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011; TENÓRIO, 1998; 2008; FRANÇA FILHO, 2003; 2008; JUNQUEIRA, et al., 2009)

Realização:



Apoio:



3.1.2 Incidências e resultados pela ação do MOVIDA.

As ações do MOVIDA já produziram incidências com resultados positivos para as famílias que fazem parte do movimento. O quadro 2 apresenta algumas das incidências e resultados das ações empreendidas pelo MOVIDA.

QUADRO 2 - Incidências e resultados das ações empreendidas pelo MOVIDA.

INCIDÊNCIAS	RESULTADOS
1 – Mobilização pública no sentido de chamar atenção da sociedade sobre morosidade da justiça;	Maior celeridade dos processos;
2 – Mobilização pelo Desarquivamento dos processos, a partir de investigações que apontem os culpados;	Desarquivamento dos processos;
3 – Assistência e apoio para as famílias envolvidas;	Audiências com autoridades judiciais;
4 – Proposta de uma legislação que legitime a mobilização e a interação social.	Criação e sanção da Lei Nº 7.627 de 2 de Maio de 2012.
5 - Reconhecimento do Dia pela Vida e Paz	Foi instituído o Dia 10 de Janeiro como Dia Estadual do Movimento pela Vida e Paz.

Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa

Observa-se que as incidências e resultados alcançados pelo movimento são fundamentais para que os pares confiem e passem a ter maior participação e engajamento nas suas ações. Os resultados evidenciam que quando a sociedade participa de forma organizada e propositiva das questões públicas, o atendimento torna-se uma possibilidade.

A mobilização das famílias faz necessário para que as incidências produzam os resultados alcançados. Esse processo se dá de acordo com os teóricos da Gestão Social aqui adotados e já mencionados ao longo do artigo pelos princípios da publicização, do diálogo, da transparência e da participação CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011; TENÓRIO, 1998; 2008).

No entanto o MOVIDA é movido pelo desejo do não crescimento do número de famílias, questão que é explicada pela representante,

[...] não pretendemos que o movimento cresça, mas que ele pare, na medida que ele cresça, são vidas que vão ser subtraídas e isso é dor significa dor para tantas famílias. A história do MOVIDA é isso um abraçando o outro, dividindo a sua dor, tornando a sua dor mais leve, porque justiça mesmo só Divina, aquela justiça humana é limitada. O MOVIDA luta para que outros não sejam motivados a cometerem crimes como se ver quando a impunidade começa a pegar força. (Representante do MOVIDA, 2016)

4 CONCLUSÕES

Realização:



Apoio:





O trabalho buscou examinar a atuação do MOVIDA, no município de Belém, e em que medida os fundamentos da Gestão Social contribuem para a atuação do movimento, bem como identificar suas incidências e os resultados.

Constatou-se que os fundamentos da Gestão Social contribuem para a gestão e tomada de decisão no Movimento, o que vem possibilitando as incidências e resultados.

No que se refere às incidências produzidas pelo Movimento, o estudo mostrou que a mobilização das famílias foi fundamental para fazer pressão junto aos órgãos públicos e a gestão local.

Constatou-se que o MOVIDA se fortalece integrando a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, alcançando resultados importantes como o desarquivamento de processos, a Lei que legitima a mobilização e a interação social, o que dá maior respaldo ao Movimento em Belém e no Estado do Pará.

Portanto, o estudo mostra que o MOVIDA constitui-se um modelo de repertório, cuja organização social em Rede contribui significativamente para a garantia dos direitos das famílias e maior atenção por parte da gestão pública, na construção de uma cidade justa e sustentável.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOTREL, M. de O.; ARAÚJO, PG de; PEREIRA, José Roberto. Entre a gestão pública e a gestão social de bens culturais no Brasil. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**, v. 4, 2010.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cad. EBAPE.BR, v. 9, n. 3, p. 681-703, Set. 2011.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cad. EBAPE. BR, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: Gestão Social - uma questão em debate. São Paulo: EDUC-IEE, 1999.

DOWBOR, Ladislau. Gestão Social e transformação da sociedade. Disponível em: . Acesso em: Set. 2016-09-17..

FISCHER, Tânia et al. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 40 (5). P. 789-808, Set. / Out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n5/a03v40n5.pdf>. Acesso em: Setembro. 2016.

GUIMARÃES, S.D. Programa de Educação continuada: uma experiência de parceria entre uma ONG’s e a Secretaria de Estado da Educação – SEE/SP. In:Rico, E.M.; RAICHELIS, R. (org.). Gestão Social: Uma questão em debate.São Paulo: EDUC/IEE,1999.p, 221-231.

<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/PRONASCI>. Acesso em setembro 2016-09-23

Realização:



Apoio:





<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/arquivos-mobi/loas-2a-edicao>. Acesso em: Setembro. 2016.

<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/1974>. Acesso em: setembro. 2016

JUNQUEIRA, L. A. P. et al. Parcerias e Redes Sociais: a busca pela gestão social eficaz - um estudo de caso. In: III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. 3, Juazeiro, 2009. Anais... Juazeiro, ENAPGS, 2009

Lei Nº 11.530 de 24 de Outubro de 2007.

MAIA, Marilene. Práxis da gestão social nas organizações sociais: uma mediação para a cidadania. Tese de Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS / Faculdade de Serviço Social, 2005.

MENEGASSO, M.E. *Responsabilidade social das empresas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo, 2001.

Moreira, E. C. (2015). GESTÃO DO PROCESSO DE RECICLAGEM COMO FORMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In. SANTOS, B. de S. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 39-83 p.

SCHOMMER, Paula Chies. Apresentação: Democracia, cidades e controle social. In: Democracia: desafios, oportunidades e tendências. PINHEIRO, Daniel; MELO, Danilo; COSTA, João (Orgs.). Florianópolis: Imaginar o Brasil, 2014, p. 215-220. Disponível em. Acesso em: 22.09.2016

SENNA, V. O caminho dos caminhos, 10 mandamentos para a carreira. Folha de S.Paulo, 22 abr. 2001. Folha Empregos. Edição Especial, p 11.

SILVA, Ademir Alves da. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004

TENÓRIO, F. G. "Gestão social: uma perspectiva conceitual". Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998. TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de Gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T. et al (Org.). Gestão Social: Práticas em Debates, Teorias em Construção. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2008.

TENÓRIO, F.G. A Trajetória do programa de estudo em gestão social. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, V.40,nº6, Nov/dez.2006.

Realização:



Apoio:

